



RESUMO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO

FLORESTA ESTADUAL DO PARU

— UMF IV —





ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
CRENÇAS	3
MISSÃO	3
VISÃO	3
VALORES	3
MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	4
OBJETIVO GERAL	4
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
JUSTIFICATIVA	5
LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE MANEJO FLORESTAL	6
INFRAESTRUTURA VIÁRIA	7
REGULAÇÃO DA PRODUÇÃO/CICLO DE CORTE	8
ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS	10
FLORESTA	10
SOLO	11
ÁGUA	11
FAUNA	12
IMPACTOS SOCIAIS	13
PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIOS	15
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	16



APRESENTAÇÃO

A empresa Blue Timber foi criada em 2007, tendo iniciado com atividade de consultoria focada na área de gestão de empresas, principalmente na área financeira- contábil. Em 2014 em sua primeira alteração contratual a empresa passou a se dedicar a consultoria de empresas, principalmente de base florestal/madeireira, tendo se especializado no assessoramento de empresas em processos licitatórios. Também em 2014 a empresa começou a adquirir experiência no planejamento e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, constituindo um quadro de colaboradores qualificados tendo inclusive desenvolvido um software de gestão para o controle da cadeia de custódia florestal. Já no ano de 2018, por meio da Concorrência 01/2018 do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade, a empresa adquiriu sua primeira Unidade de Manejo Florestal, assim denominada de UMF – IV com área de 50.938,44 hectares localizada na calha norte do Estado, mais precisamente na Floresta Estadual do Paru, município de Monte Alegre, entre os municípios de Alenquer e Almeirim.

CRENÇAS

Acreditamos que uma gestão florestal mais eficiente na região amazônica irá gerar desenvolvimento e valor para sociedade, além de preservar um dos biomas mais importantes do planeta.

MISSÃO

Construir resultados sustentados e sustentáveis, através do aperfeiçoamento dos processos da cadeia produtiva de florestas tropicais.

VISÃO

Ser a empresa número um em eficiência na gestão dos recursos florestais na região amazônica.

VALORES

- Foco no resultado.
- Simplicidade e disciplina.
- Visão de dono.



Foto 01 – Floresta Estadual do Paru.

MANEJO FLORESTAL

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o Manejo Florestal Sustentável nas UMF's, através do planejamento, controle e ordenamento do uso dos recursos florestais para a produção madeireira, através das técnicas de exploração com impacto reduzido, aumentando os benefícios econômicos, ambientais e sociais, respeitando a legislação ambiental e trabalhista, de modo a oferecer condições laborais seguras e apropriadas à realização da atividade no interior da Flota Paru.

OBJETIVO ESPECIFICOS

- Realizar a exploração de madeira em floresta nativa de maneira sustentável e ordenada com critérios que visem à sustentabilidade da floresta, aliada a segurança nas atividades, e o desenvolvimento econômico e social na área do manejo e entorno;
- Aplicar as técnicas de Manejo Florestal e Exploração de Impacto Reduzido, durante a realização das atividades pré-exploratórias, exploratórias e pós-exploratórias, através de planejamento, condução capacitada e supervisão das atividades florestais, ao longo da vigência do contrato de concessão florestal;
- Aperfeiçoar a escala de produção, visando à obtenção de madeira, de acordo com a capacidade produtiva da floresta, mantendo a diversidade biológica e preservando sua estrutura fitosociológica e funções;
- Conduzir a regeneração natural, por meio de tratamento silvicultural, para produção de madeira em menor ciclo de corte;
- Utilizar mão de obra local, proveniente principalmente das comunidades do entorno da unidade de manejo e/ou do município de Monte Alegre;



Foto 02 – Atividade Florestal.

- Manutenção das Áreas de Preservação Permanente na UMF, em observância as leis ambientais em vigor, como o Código Florestal (Lei Nº 12.651 de 12/05/2012), e o Plano de Manejo da Flota Paru;
- Realizar a extração de madeira de forma a atender o mercado internacional, mercado interno, e posteriormente fornecer matéria-prima para o município de Monte Alegre;
- Contribuir com a promoção do desenvolvimento socioeconômico, das comunidades do entorno do PMFS, do Município de Monte Alegre e do Estado do Pará;
- Assegurar a manutenção da atividade extrativista de coleta da "balata" (Manilkara bidentata), pelos extratores da região, de modo a preservar a prática e o acesso às áreas de coleta;
- Desenvolver e/ou apoiar pesquisas científicas no âmbito florestal, econômico e social da Flota Paru.

JUSTIFICATIVA

A Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei Federal 11.284/2006) criou novas oportunidades para o aprimoramento dos instrumentos e estratégias de gestão e para o ordenamento territorial de vastas extensões de áreas de florestas públicas na Amazônia, através da destinação onerosa a empreendimentos florestais, a concessão florestal, ou por de forma não onerosa a comunidades tradicionais.

A concessão florestal é um modelo de gestão de florestas públicas, segundo o qual pessoas jurídicas, em consórcio ou não, selecionadas a partir de licitação, podem vir a realizar o manejo florestal de produtos e serviços mediante pagamento. Visando conciliar o desenvolvimento econômico, a subsistência das populações tradicionais e a conservação dos recursos naturais o Estado do Pará, por meio do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – IDEFLOR-BIO, realizou o processo de concessão florestal na área da Floresta Estadual do Paru – Flota Paru.

O Manejo Florestal Sustentável é uma alternativa viável a prática convencional de exploração das florestas naturais, sobretudo por ser "ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo", onde a interação da floresta com outros recursos naturais como água, solo, atmosfera, fauna e conservação da biodiversidade sejam considerados (Coelho, 1999).

O planejamento das atividades de manejo florestal visa à compatibilização destas práticas com a capacidade de suporte do ambiente, mantendo a diversidade biológica, protegendo as espécies raras, ou em perigo de extinção.

Apesar dos danos inevitáveis decorrentes da colheita florestal, o PMFS mantém as condições naturais da floresta, pois não altera drasticamente os processos de estabelecimento e desenvolvimento de espécies arbóreas pertencentes aos estágios mais adiantados da dinâmica sucessional e não possibilita uma prolongada exposição do solo (Imaflora, 2010).

Em termos sociais, o projeto de manejo disponibilizará oportunidade de trabalho para os moradores das comunidades do entorno das Unidades de Manejo Florestal e do município de Monte Alegre; dinamizará o setor comercial no município, em decorrência da aquisição de fatores de produção diversos; e contribuirá para o desenvolvimento das comunidades locais por meio do repasse anual de valores do indicador A2, pago pela concessionária ao IDEFLOR-BIO para cada hectare explorado.

Como referência aos aspectos ecológicos, tomar-se-á como fundamento a análise estrutural e florística da vegetação, tais como a relação espécie-área e classificação das espécies segundo suas frequências, abundâncias e dominâncias, especialmente nas espécies com potencial para corte, onde será levada em consideração a sua distribuição na classe inferior ao diâmetro mínimo de corte, denominado neste resumo do plano de manejo, de corte futuro e/ou estoque, o que possibilitará a recuperação do volume extraído das espécies exploradas.



Foto 03 – Atividade Florestal.

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE MANEJO FLORESTAL

A UMF IV da Blue Timber está localizada na porção oeste do Estado do Pará, na Calha Norte, mas precisamente na Unidade de Conservação denominada Floresta Estadual do Paru. A partir da cidade de Monte Alegre, percorrendo-se 48,44Km em direção ao norte pela PA 423, seguindo-se à esquerda 14,16Km pela PA 254 e mais 67,56Km de estrada vicinal até a Reserva Legal do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Serra Azul, num total de 130,16Km à aproximadamente.

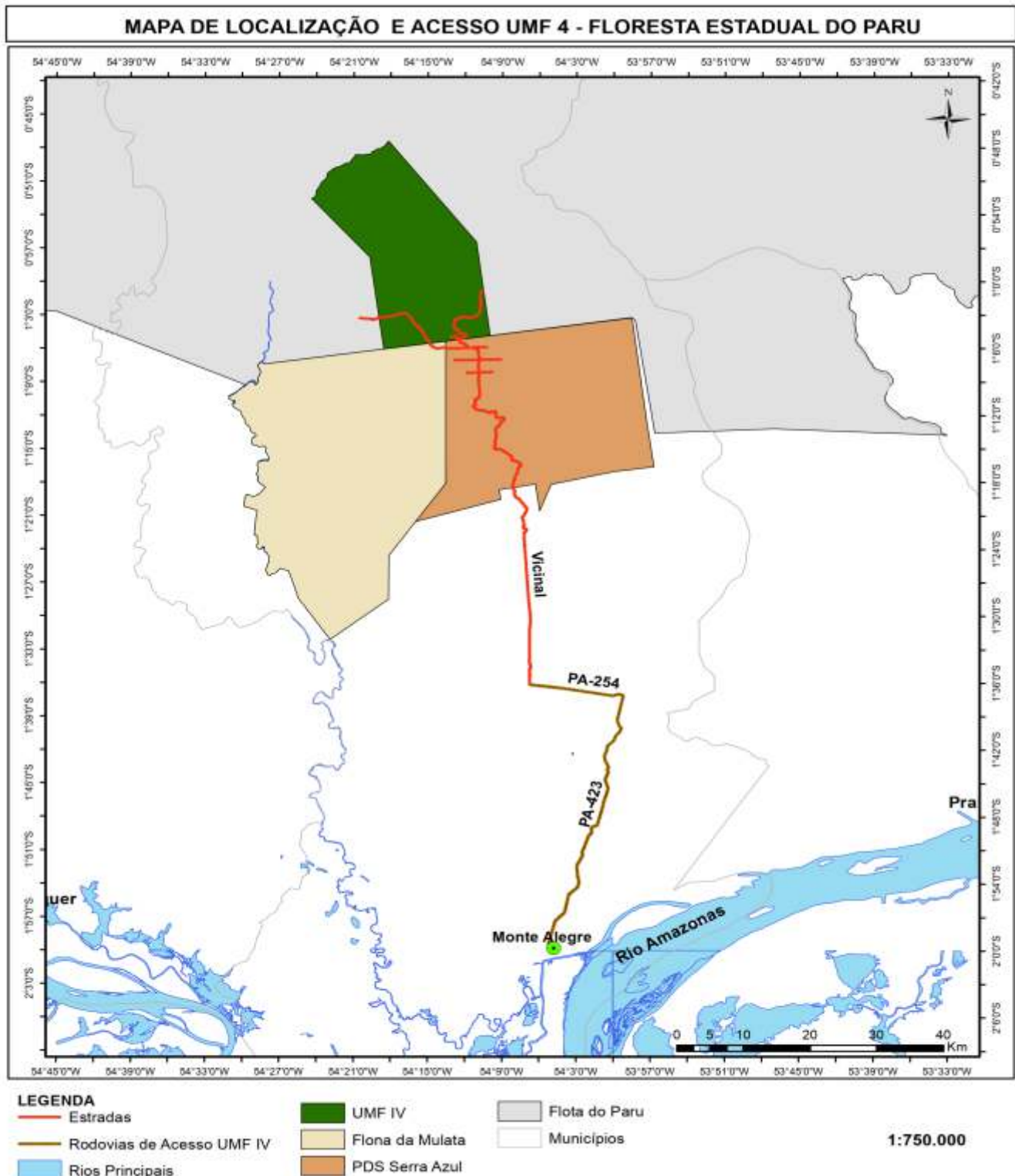


Foto 04 - Acesso à Unidade de Manejo Florestal (UMF) a partir de Monte Alegre/PA, UMF IV-Flota Paru

INFRAESTRUTURA VIÁRIA

Para viabilizar a retirada da madeira proveniente das UMF's, deverão ser construídas estradas permanentes para dar acesso as UPAs e as UT's, utilizando principalmente como base as estradas já existentes e/ou planejadas no interior das unidades de manejo florestal.

As estradas são infraestruturas permanentes e, portanto, sua manutenção logo após a exploração, é de fundamental importância para permitir boas condições de deslocamento, possibilitando a realização das atividades pós-colheita e preservação da vegetação remanescente às margens destas. Sempre que possível, as estradas serão desviadas para evitar o cruzamento com cursos d'água, baixões e etc.

A estrada principal possibilita o acesso à cidade de Monte Alegre às Unidades de Manejo Florestal, terá formato ligeiramente convexo (mais alta na parte central) largura de 6 metros de pista, com mais 2 metros sem vegetação de cada lado para separar a pista da floresta. A estrada de acesso é a via que liga a estrada principal as UPAs e conseqüentemente as UTs, possui 6 metros de largura de pista, formato ligeiramente convexo, com 1,5 metros de distância entre a pista e a floresta. Ambas receberão revestimento em piçarra, para possibilitar a sua utilização durante todo o ano.

Com 4 metros de largura, pista no formato reto (não convexo), as estradas secundárias são as vias que interligam os pátios de estocagem de madeira à estrada de acesso. São planejadas de acordo com a situação de campo de cada UPA e UT sucessivamente.



Foto 05 – Estrada Flota Paru

Estrada	Dimensão	Característica
Principal, permanente ou primária	<ul style="list-style-type: none"> Largura de 6 m para o leito da estrada; Faixa total de abertura com 10m de largura. 	<ul style="list-style-type: none"> Infra-estrutura permanente; Não está restrita a UMF; Poderá ser revestida com piçarra ou cascalho; O leito será boleado; Terá estruturas permanentes de drenagem.
Acesso	<ul style="list-style-type: none"> Largura de 5m a 6m para o leito da estrada; Faixa total de abertura entre 8m e 10m de largura. 	<ul style="list-style-type: none"> Infra-estrutura permanente; Permite acesso ao acampamento, as UPA; Devem estar restrita a UMF; Poderá ser revestida com piçarra ou cascalho; O leito será boleado.
Secundária	<ul style="list-style-type: none"> Largura de 4 m para o leito da estrada; Faixa de abertura máxima com 6 m de largura. 	<ul style="list-style-type: none"> Infra-estrutura permanente; Uso exclusivo dentro das UT's; Utilizadas para retirar a matéria-prima das UT's até a estrada principal, além de permitir o acesso para realização de outras atividades; Podem ser revestidas com piçarra ou cascalho; Sempre que possível, será construída no sentido leste-oeste.

REGULAÇÃO DA PRODUÇÃO / CICLO DE CORTE

O sistema silvicultural adotado, fundamenta-se no corte seletivo de árvores de espécies com melhor valor de mercado e/ou maior utilização por parte da indústria, acima de um limite mínimo de diâmetro, abaixo do qual a regeneração avançada garante após um determinado período a próxima colheita, caracterizando um sistema policíclico, em que o retorno à área é determinado pelos fatores, como o tempo necessário para que as espécies exploradas recuperem o volume extraído; condições da colheita quanto ao uso de máquinas no arraste, e ou a estimativa da produtividade anual da floresta manejada que neste caso será de $0,86\text{m}^3/\text{ha}/\text{ano}$, valor usado para as áreas que não possuem estudos no Brasil.

Para os planos de manejo florestal que utilizam máquinas para o arraste de toras, denominado de pleno, o ciclo de corte pode variar entre o mínimo de 25 e máximo de 35 anos.

O projeto de manejo implantado nas UMF's, apresentará ao final de 30 anos um total de 30 UPAs, distribuídas uma em cada ano, o que possibilitará ao final deste período o retorno das atividades do manejo (pré-exploratórias, exploratórias e pós-exploratórias) a primeira área explorada. Desta forma o ciclo de corte da UMF será de 30 anos, período igual ao tempo de vigência do contrato de concessão florestal.

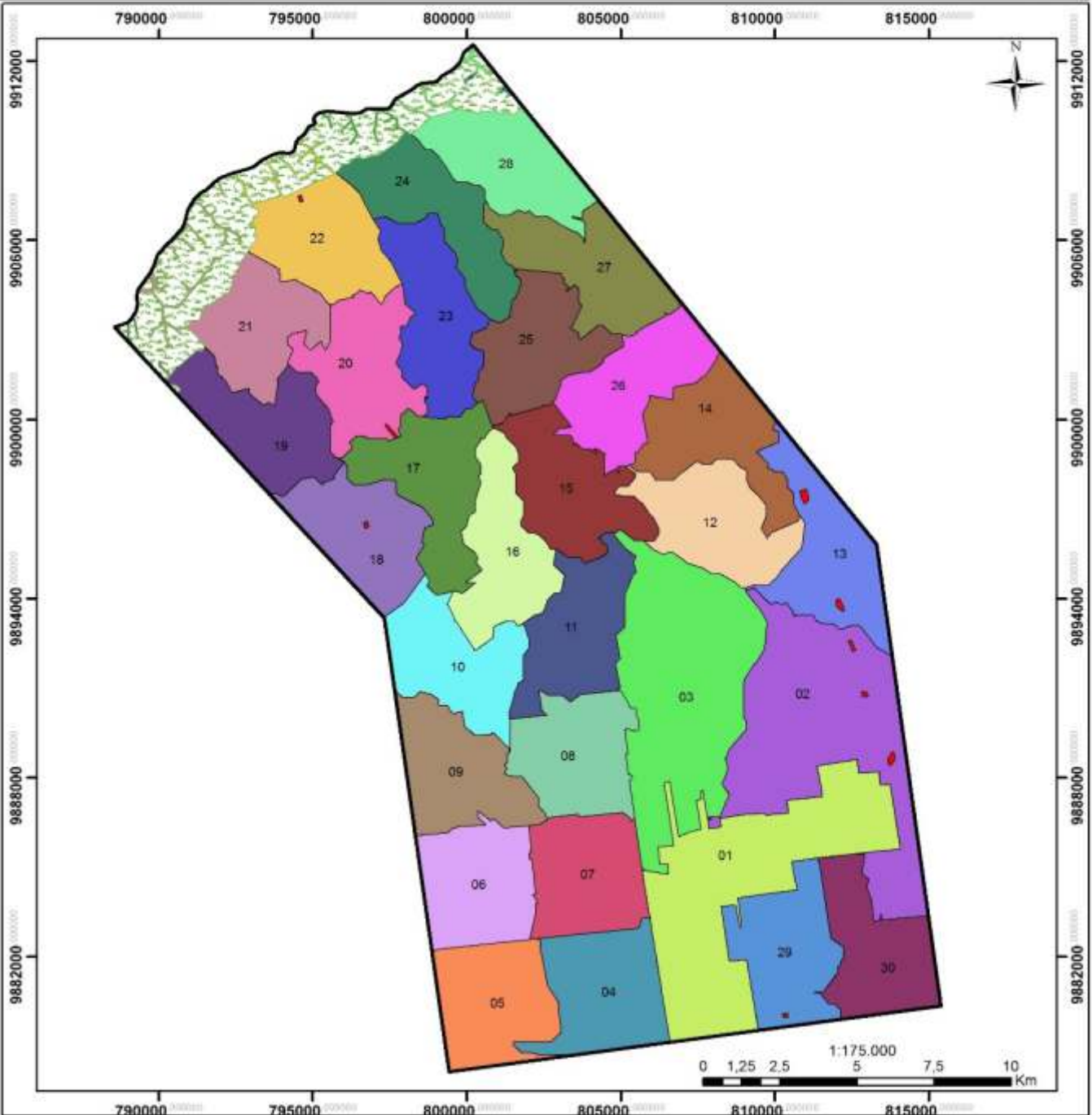
A intensidade de corte é a volumetria comercial a ser explorada expressa em metros cúbicos por unidade de área de efetivo manejo, com um limite máximo de $30\text{m}^3/\text{ha}$ (IN nº 5, de 19 de maio de 2011). A intensidade de corte prevista para os planos de manejo é de $25,8\text{m}^3/\text{ha}$ por UPA para um ciclo de corte de 30 anos. O limite de $6\text{m}^3/\text{ha}$ por espécie explorada será atendido sempre que possível, exceto para as situações em que as espécies comerciais apresentarem volume médio por hectare superior ao estipulado pela legislação vigente.



Foto 06 – Floresta Estadual do Pará.



MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS UPAS UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL IV - FLORESTA ESTADUAL DO PARÁ



Área Antropizada: 42,67 ha	Reserva Absoluta 5%: 2.546,9218 ha	Upa 07: 1.389,37 ha	Upa 15: 1.454,51 ha	Upa 23: 1.438,75 ha
Upas	Upa 08: 1.411,50 ha	Upa 16: 1.371,12 ha	Upa 17: 1.495,25 ha	Upa 24: 1.409,71 ha
Upa 01: 3.291,04 ha	Upa 09: 1.409,26 ha	Upa 17: 1.495,25 ha	Upa 25: 1.374,64 ha	Upa 26: 1.411,32 ha
Upa 02: 3.417,66 ha	Upa 10: 1.423,60 ha	Upa 18: 1.368,23 ha	Upa 27: 1.420,92 ha	Upa 28: 1.401,65 ha
Upa 03: 3.434,10 ha	Upa 11: 1.411,58 ha	Upa 19: 1.418,08 ha	Upa 29: 1.423,76 ha	Upa 30: 1.351,21 ha
Upa 04: 1.479,15 ha	Upa 12: 1.451,89 ha	Upa 20: 1.413,64 ha		
Upa 05: 1.426,97 ha	Upa 13: 1.462,18 ha	Upa 21: 1.382,01 ha		
Upa 06: 1.401,78 ha	Upa 14: 1.407,12 ha	Upa 22: 1.396,83 ha		

Foto 07 – UPAs Futuras UMF IV



ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

O meio ambiente interage de forma natural com os fenômenos que alteram ou degradam seu ciclo e que fazem parte da natureza, sendo o fator homem o que mais interfere e pode alterar seu ciclo natural, causando-lhe impactos negativos.

O plano a ser executado em escala de manejo florestal, comprovará sua viabilidade técnica e principalmente ecológica garantindo a minimização dos impactos físicos (solo e água), biológicos (flora e fauna) e sociais, através de monitoramento constante dos impactos, objetivando verificar a eficiência das medidas tomadas e assegurando que os padrões de qualidade ambiental não sejam ultrapassados, detectando os impactos a tempo de corrigí-los, garantindo a manutenção dos recursos renováveis da floresta.

FLORESTA

A manutenção da diversidade biológica é um dos principais objetivos do plano de manejo, que visa garantir o estoque remanescente e permitir a seleção positiva das espécies com indivíduos que estariam aptos para comercialização.

Por ocasião das intervenções da exploração da madeira que implica em redução de área basal das espécies comerciais, deve-se proceder criteriosamente a fim de que sejam mantidas as árvores matrizes de forma dispersa, para o que não possa ser processado o abate total de grupos arbóreos da mesma espécie que ocorrerem em reboleiras, inclusive, a fim de favorecer posteriormente a dispersão de sementes e a regeneração natural e processo de sucessão na área explorada.

Durante o processo de abate deve-se direcionar a queda das arvores abatidas de tal forma a proteger indivíduos remanescentes, protegidos por lei, e espécies comerciais futuras presentes no sub-bosque da floresta.

A beleza cênica, representada pela floresta virgem e exuberante da área será alterada num primeiro momento, contudo, espera-se que em um curto espaço de tempo ela se reconstituirá, através dos processos naturais de regeneração, ou pelos tratamentos proporcionados.



Foto 08 – Identificação de Toras.



Foto 08 – Floresta Estadual do Paru.

SOLO

A preservação do solo, tanto de suas características físicas, químicas e biológicas depende do uso adequado, utilizando-se práticas de conservação, manejo e monitoramento. Através do planejamento das estradas, conseguiremos minimizar vários fatores degradantes do solo como: perda de matéria orgânica, lixiviação de nutrientes, compactação e má drenagem do solo, além da regeneração natural do solo que compõe o revestimento florístico da área. Porém, além de um bom planejamento é preciso que haja um constante monitoramento das atividades, principalmente no período que antecede cada exploração, garantindo a manutenção constante das estradas de acesso principal, estradas secundárias e trilhas de arraste, evitando focos de erosão e os fatores degradantes já mencionados, resultados de um mau planejamento, onde tratores florestais e práticas como as do arraste de matéria prima, contribuiriam para maiores impactos no solo.

O combate à erosão é um dos pontos fundamentais para a minimização dos impactos do solo. Isto é conseguido evitando-se a eliminação da cobertura florestal de grandes áreas de solos, preservando-se árvores que diminuem o impacto direto dos agentes erosivos, como chuvas, escoamento superficial das águas pluviais e lixiviação de nutrientes.

Na derrubada das árvores é importante direcionar a queda das mesmas a fim de que as árvores fiquem o mais próximo possível dos locais de saída para os pátios de estocagem, minimizando os impactos no solo com o arraste dessas árvores por longas distâncias. Deve-se evitar o uso de tratores nos períodos chuvosos para se evitar a compactação dos solos. No arraste é essencial o uso de torre e guinchos no trator para suspender uma das pontas da tora, minimizando o impacto sobre o solo ao arrastar a mesma.

ÁGUA

Em relação aos recursos hídricos, a minimização dos impactos ambientais a ele causados, deve ser realizada com a máxima observação da manutenção da vegetação situada nas margens dos rios, córregos, grotas, nascentes e outros elementos naturais que se enquadram como área de preservação permanente. Não será permitida de forma alguma a derrubada de árvores nas margens dos corpos d'água. Outra preocupação importante em relação à qualidade das águas se dá por ocasião da construção das estradas, pois estas não devem ser construídas em rampas longas e de declive acentuado que possa direcionar o escoamento superficial de água e sedimentos para os leitos dos cursos, causando a turbidez, o assoreamento, entre outros danos. Quanto aos drenos, sempre que houver necessidade serão colocados bueiros para não obstrução do recurso.

FAUNA

A exploração florestal na área de manejo será executada de forma a possibilitar sempre uma opção de refúgio aos animais em áreas de floresta nativa não explorada e sem atividades de manejo, durante o processo de corte e extração de madeiras, ou seja, a exploração terá sempre seu início em talhões próximos às áreas já desmatadas ou mais alteradas, possibilitando a fuga para áreas interiores de floresta natural inalterada ou para floresta natural em pausa das atividades do manejo sustentado.

Assim, em relação ao primeiro efeito negativo (exploração florestal) sobre a fauna, espera-se que com as técnicas de manejo florestal com exploração de impacto reduzido e a manutenção do ecossistema com o mínimo possível de intervenção humana e alteração em relação ao ecossistema original, não haja danos significativos que possam levar a extinção de espécies ou mesmo a processos irreversíveis de degeneração da fauna local, podendo as áreas de manejo servir de refúgio da fauna de áreas circunvizinhas, que eventualmente sofram, por exemplo, com as atividades de subsistência praticadas nas comunidades do entorno a Unidade de Manejo Florestal.



Foto 09 – Fauna da Floresta Estadual do Paru.

IMPACTOS SOCIAIS

NOTIFICAÇÕES DE IMPACTOS

No período de abrangência do Plano de Manejo foram realizadas visitas as lideranças das comunidades (Matona, Sagrada Família e Serra Azul), sendo que nessas visitas foi registrado o anseio geral pela melhoria nas estradas de acesso a região, sendo que não foi registrado nenhuma queixa com relação aos impactos sociais causados às comunidades do entorno pela operação de manejo da empresa Blue Timber.

INTEGRIDADE DA FLORESTA

Não foram registrados indícios de caça e pesca. Além disso, o monitoramento por imagem de satélite apontou que não houve extração de madeira não autorizada no período de vigência deste PMFS, também não foram encontrados ocorrência de focos de incêndio dentro da UMF.

ÁREAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO (AAVC)

A empresa Blue Timber conduziu um levantamento acerca da presença de Atributos de Alto Valor de Conservação e chegou a seguinte conclusão:

- BIODIVERSIDADE: Devido a ocorrência de espécies de fauna e flora ameaçadas foram consideradas como AAVCs do tipo 1.
- PAISAGEM: Devido a UMF localizar-se dentro de uma Unidade de Conservação, na qual ela se encontra inserida se encontra listada no relatório da WRI/Last Frontier Forests. Foram consideradas AAVCs do tipo 2.
- NECESSIDADES BÁSICAS PARA COMUNIDADES LOCAIS: Exemplares da flora, tais como a castanheira (*Bertholletia excelsa*) e encontrada no interior da UMF, sendo que está encontra-se como PFNM servindo de fonte de renda para as Castanheiras. Foram consideradas AAVCs do tipo 5.

Para monitorar esses atributos a empresa estabeleceu as seguintes medidas de prevenção e mitigação.

MONITORAMENTO		
	AAVC-1	AAVC-2
AAVC	Exemplares da fauna onça pintada (<i>Panthera onca</i>) e gavião-real (<i>Harpia harpyja</i>) ambas espécies enquadradas como VU – Vulneráveis e raras na lista de espécies ameaçadas (http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/lista-de-especies) e da flora, as espécies vulneráveis são a castanheira (<i>Bertholletia excelsa</i>) e o mogno (<i>Swietenia macrophylla</i>), encontradas no interior da UMF.	A área onde a UMF está inserida se encontra listada no relatório da WRI/Last Frontier Forests.
Ameaças	Caça e derruba	Derruba de mais de 20% da área.
Medidas de Manutenção	Proibição da caça e do corte das espécies da florestais que são consideradas vulneráveis.	Controle da atividade de manejo de modo a ter o menor percentual de área impactada possível.
Monitoramento	Rondas, percorrendo a área da UMF a fim de verificar pontos de caça e quando da confecção do IF 100% as espécies com proibição de corte devem ser inventariadas, assim como deve-se orientar os trabalhadores da atividade de corte a evitarem derrubar árvores de corte sobre árvores protegidas.	Mensurar, sempre após a exploração da UPA, o nível de impacto da exploração florestal.
Frequência	As rondas devem ser realizadas semestralmente e a identificação do local de árvores protegidas ocorrerá quando da realização do IF100% da área. Também deve-se providenciar treinamento a todos os empregados.	Anualmente, sempre após a exploração florestal.
Equipe	Equipe de Monitoramento	Equipe de Monitoramento



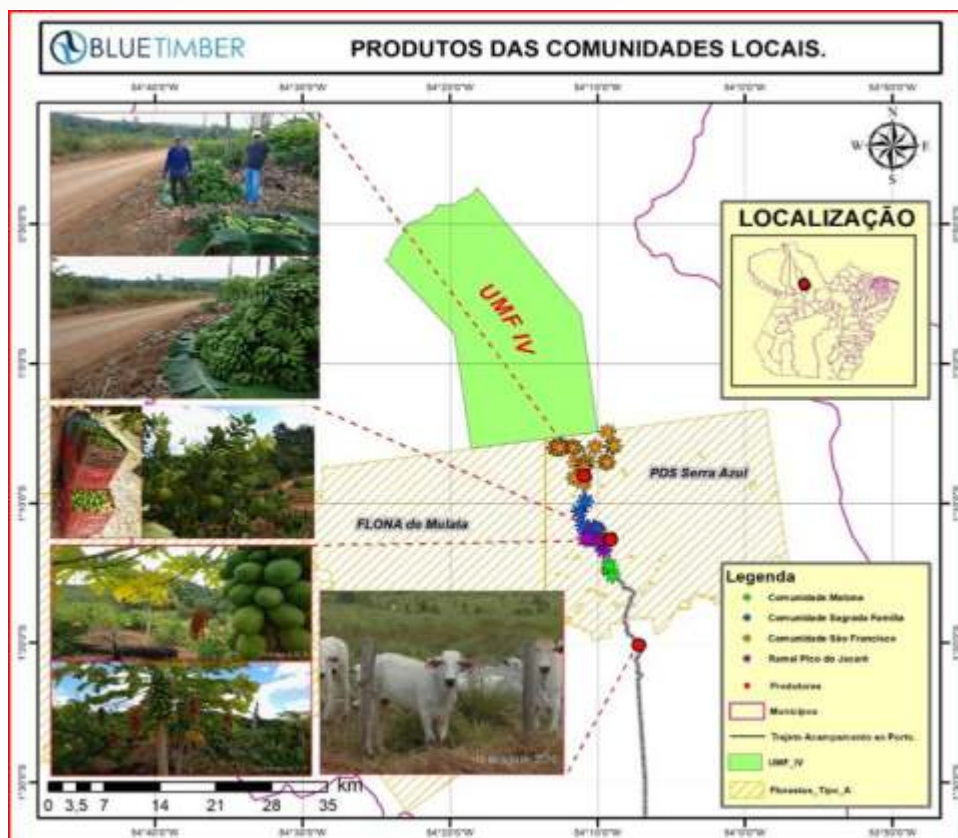
MONITORAMENTO	
AAVC-5	
AAVC	Exemplares da flora, tais como a castanheira (<i>Bertholletia excels</i>) e encontrada no interior da UMF, sendo que está encontra-se como PFMN servindo de fonte de renda para as Castanheiras.
Ameaças	Derruba
Medidas de Manutenção	Proibição do corte das espécies da floresta que são utilizadas como PFMN pelas comunidades adjacentes.
Monitoramento	Será realizado monitoramento com inspeção de campo, a fim de verificar a manutenção das arvores na espécie em questão. As inspeções de campo compreendem o patrulhamento, com moto, da equipe de monitoramento pelas estradas e ramais do projeto. Quando da confecção do IF 100% essa espécie será inventariada a fim de protege-las.
Frequência	A inspeção de campo será realizada semestralmente e a identificação do local de arvores para PFMN ocorrerá quando da realização do IF100% da área.
Equipe	Equipe de Monitoramento

SOCIAIS

O PMFS – Blue Timber está intimamente ligado ao contexto de demandas sociais uma vez que preza pela conservação da floresta e a proteção ambiental.

A empresa realizou visitas as comunidades locais e elaborou um diagnóstico dos aspectos sociais, tais como: qual a relação das comunidades com a UMF e quais as demandas e anseios da comunidade com relação ao PMFS. Desse diagnóstico já foi elaborado um mapa com alguns produtos da comunidade e a possibilidade de serem comercializados com a empresa.

Ainda no aspecto social a empresa busca a promoção do crescimento econômico e o desenvolvimento local, sendo a priorização da contratação de mão-de-obra local, para a realização das atividades do manejo florestal, como uma boa prática utilizada pela mesma. A mão-de-obra receberá treinamento e qualificação pela empresa, visando agregar qualidade nos serviços prestados dentro do projeto, ofertando um produto com origem e boa qualidade no mercado.



PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIOS

Quanto à minimização dos impactos e proteção da floresta sobre os projetos de manejo sustentado, o fator de maior relevância é a prevenção e o combate a incêndios florestais, que são extremamente prejudiciais à qualidade do ar e à estabilidade do microclima, além de diminuir os teores de matéria orgânica e de alguns componentes minerais dos solos liberados durante a combustão.

As técnicas de exploração de impacto reduzido, como planejamento de estradas e trilhas de arraste, corte direcional e corte de cipós, reduzem a abertura do dossel da floresta. Desta forma, há menos material comburente e uma menor incidência solar sobre a mata explorada, reduzindo o risco de incêndio.

Aceiros nas divisas e educação de trabalhadores quanto a cuidados na prevenção de incêndios florestais serão providenciados para que, em caso de incêndios acidentais no local do projeto, estes sejam prontamente eliminados com o menor nível de danos possível ao ambiente.

Durante a realização das atividades do manejo, todas as equipes de trabalho serão orientadas a não jogar pontas de cigarro no chão, acender fogueiras na floresta e arredores, e somente abastecer as máquinas obedecendo aos princípios de segurança, eliminando assim o elemento chamado de "ignição" para o início do fogo, e conseqüentemente propagação do incêndio.



Foto 11 – Prevenção de incêndios



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Blue Timber mantém um canal de comunicação institucional com as partes interessadas, através dos seguintes meios de comunicação:

TELEFONE

(91) 3085-4711

(91) 99224-0594

E-MAIL

contato@bluetimber.com.br

elinelson@bluetimber.com.br

SITE

www.bluetimber.com.br